



PREJULGADO DE TESE Nº 017, 22 de outubro de 2015.

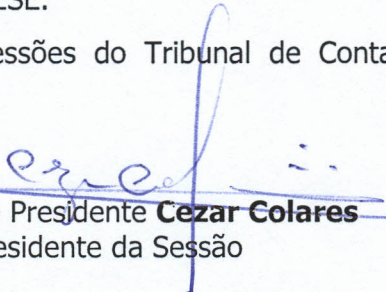
RESOLUÇÃO Nº 12.070

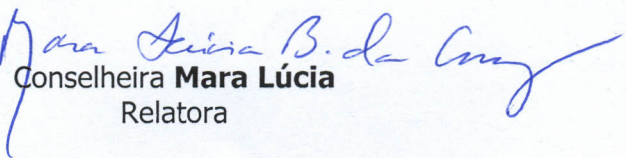
Processo nº 201407793-00

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS, CONFORME PREVISÃO DO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI COMPLEMENTAR 084/2012. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE FÉRIAS REMUNERADAS A SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. EXTENSÃO DE DIREITOS SOCIAIS À AGENTES POLÍTICOS. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. ORIENTAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE AGENTE POLÍTICO EM GOZO DE FÉRIAS. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL PRÓPRIA. OBRIGATORIEDADE DE ATO FORMAL DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE E OFICIALIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 12-18, e 32** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **22 de outubro de 2015.**


Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão; e Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.070

Processo n.º: 201407793-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu

Interessado: Arnaldo Santos da Cruz

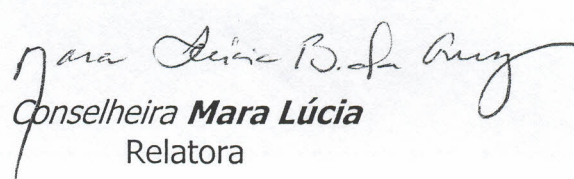
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE FÉRIAS REMUNERADAS À SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. EXTENSÃO DE DIREITOS SOCIAIS À AGENTES POLÍTICOS. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. ORIENTAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE AGENTE POLÍTICO EM GOZO DE FÉRIAS. REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL PRÓPRIA. OBRIGATORIEDADE DE ATO FORMAL DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE E OFICIALIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 12-18**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **22 de outubro de 2015**.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão e Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Processo n.º: 201407793-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu

Interessado: Arnaldo Santos da Cruz

Instrução: DAM

RELATÓRIO

ARNALDO SANTOS DA CRUZ, Procurador Geral do Município de Vitória do Xingu, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/02), em **07.05.14**, com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, relativamente ao entendimento que deve ser adotado quanto ao regime remuneratório e natureza jurídica dos cargos de Secretário Municipal, a teor do disposto no **art. 39, §4º, da CF/88** e do **Parecer CMS n.º 042/2007 – TCM/PA**, que tratou sobre a matéria em questão, no âmbito desta Corte de Contas, pelo que requer, em apertada síntese, a manifestação Plenária, quanto as seguintes questões:

- a) Os Secretários Municipais de Vitória do Xingu fazem jus ao gozo de férias remuneradas com pelo menos 1/3 a mais do que a remuneração normal?*
- b) Em caso positivo, haja vista, que não há o cargo de Secretário Adjunto, quem os substituirá em sua ausência? Poderá Secretário de outra pasta responder interinamente pelo cargo?*

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **08.05.14** (fl. 03), seguindo na mesma data à **Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM**, conforme despacho à fl. 03, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA** (Ato n.º 16/2013), para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, a qual foi tempestivamente

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

elaborada e juntada aos autos, às fls. 06/12, por meio do **Parecer n.º CMS 001/2014-DAM/TCM**, que torno parte integrante do presente relatório¹.

¹ PROCESSO Nº 201407793-00
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
ASSUNTO: NATUREZA JURÍDICA DO CARGO DE SECRETÁRIO
PARECER Nº CMS 001/2014-DAM/TCM

Exma. Sra. Conselheira MARA LÚCIA,

O Procurador Geral do Município de Vitória do Xingu, Dr. Arnaldo Santos da Cruz, vem solicitar esclarecimentos acerca do Parecer CMS nº 042/2007-TCM/PA, perguntando se:

- "a) Os Secretários Municipais de Vitória do Xingu fazem jus ao gozo de férias remuneradas com pelo menos 1/3 a mais do que a remuneração normal?
b) Em caso positivo, haja vista, que não há cargo de Secretário Adjunto, quem os substituirá em sua ausência? Poderá Secretário de outra pasta responder interinamente pelo cargo?"

Sendo o que tínhamos a relatar, passamos a emitir:

PARECER

Hoje encontramos vasta e uniforme jurisprudência no Supremo Tribunal Federal no sentido de considerar, expressamente, o cargo de Secretário de Estado ou Secretário Municipal, cargos políticos, e não "cargos singelamente administrativos", como se referiu aos cargos em comissão o Ministro Carlos Ayres Brito (RE 579.951 – DJe 24.10.2008 – Tribunal Pleno).

Nos seguintes processos há menções expressas dos Ministros do STF de que o cargo de Secretário é cargo político e não cargo em comissão:

Rcl 14.497 MC (DJe 19.10.2012) – Relator Ministro Joaquim Barbosa – Decisão Monocrática.
Rcl 14.549 MC (DJe 02.10.2012) – Relator Ministro Ricardo Lewandowski – Decisão Monocrática.
Rcl 12.742 MC (DJe 01.02.2012) – Relator Ministro Gilmar Mendes – Decisão Monocrática.
Rcl 14.478 MC (DJe 08.11.2011) – Relator Ministro Joaquim Barbosa – Decisão Monocrática.
Rcl 6.702 MC-Agr (DJe 30.04.2009) – Relator Ministro Ricardo Lewandowski – Tribunal Pleno.
Rcl 6.650 MC-Agr (DJe 21.11.2008) – Relatora Ministra Ellen Gracie – Tribunal Pleno.

No mesmo sentido: Rcl 16.363 MC (DJ 3.10.2013) - Relator Ministro Ricardo Lewandowski - Decisão Monocrática; Rcl 14.316 MC (DJe 15.10.2012) - Relator Ministro Gilmar Mendes - Decisão Monocrática; Rcl 14.223 (DJe 27.9.2012)- Relator Ministro Dias Toffoli - Decisão Monocrática; Rcl 6.938 MC (DJe 2.9.2011) - Relatora Ministra Cármen Lúcia - Decisão Monocrática.

Diante do exposto, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, Secretários Municipais não são servidores públicos ocupantes de cargos em comissão. São agentes públicos ocupantes de cargos políticos. Pelo Princípio da Legalidade Estrita somente cabe ao Gestor PÚBLICO PRATICAR ATOS AUTORIZADOS EXPRESSA E DIRETAMENTE EM NORMA JURÍDICA DE DIREITO POSITIVO.

Nesse sentido manifestou-se o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. AGENTES POLÍTICOS. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.

A aplicabilidade dos direitos sociais, como a gratificação natalina, aos agentes políticos somente é cabível se expressamente autorizada por lei (precedente: REsp 837.188/DF, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 04/08/2008). (STJ. Agrg no REsp n. 742.171/DF. 5ª turma. Relator: Min. Felix Fischer. Publicado em: 02/03/2009). (grifo nosso).

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012²**, sendo formulada em tese, por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

Acompanho, na integralidade, e adoto como resposta ao consulente o **Parecer n.º CMS 001/2014-DAM/TCM**, elaborado pela **Diretoria de Apoio aos Municípios - DAM**, deste **TCM-PA**, trazendo, ainda, algumas pontuais considerações, nos seguintes termos:

1. Nos termos dos precedentes já indicados no referenciado parecer, o regime remuneratório dos Secretários Municipais é o mesmo dos demais agentes políticos, a exemplo dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores,

Sendo assim, depreende-se dessa decisão específica do STJ, que agentes políticos, como os secretários municipais, somente teriam direito a férias remuneradas com pelo menos 1/3 (um terço) a mais do que a remuneração normal, se lei municipal lhes garantisse tal direito, observando-se o limite de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 20, inciso III, alínea b.

Quanto ao segundo questionamento, sobre quem substitui Secretário Municipal durante a ausência deste, lei municipal é que deve dispor sobre a matéria, nos termos da Constituição Federal, art. 29, caput, e art. 30, inciso I.

É o Parecer.

s.m.j.

Belém, 21 de maio 2014

CLEBER MESQUITA DOS SANTOS

Analista de Controle Externo

Diretor-Adjunto de Apoio aos Municípios

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Processo n.º 201403692-00 (RMO/LA)



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

visto que encerram cargos de natureza eminentemente política, distinguindo-se dos demais cargos comissionados, cuja natureza é "*singelamente administrativa*", nos dizeres do então Ministro Carlos Ayres Brito³.

2. Apesar da indicada natureza funcional, de maneira pacífica a doutrina e jurisprudência pátria, vêm reconhecendo alguns direitos sociais a tais agentes, dentre os quais, com menor resistência, a possibilidade de gozo de férias e percepção do correspondente adicional.
3. Para tanto, contudo, e considerando a expressa vinculação do gestor municipal ao princípio da legalidade, para a concessão de férias e seu correspondente adicional pecuniário, é imprescindível a previsão legal autorizadora, no âmbito municipal.
4. Importa dizer que, para os Secretários Municipais usufruírem deste direito social é imprescindível a existência de lei específica ou de previsão expressa no Regime Jurídico Único que contemple o cargo, autorizando sua concessão pelo Chefe do Executivo Municipal.
5. Neste mesmo sentido, já se posicionou o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, nos seguintes termos:

Pagamento da Gratificação de Férias a Agentes Políticos

É possível o pagamento de gratificação de férias a secretário municipal ser calculado sobre a remuneração do cargo efetivo do qual é titular, desde que a legislação local o autorize a optar pela remuneração do cargo efetivo, enquanto estiver investido no cargo de

³ (RE 579.951 – DJe 24.10.2008 – Tribunal Pleno)

Processo n.º 201403692-00 (RMO/LA)

Protesto



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

secretário municipal. Por outro lado, a percepção da gratificação de férias pelo titular do cargo de secretário municipal, mesmo que não possua vínculo efetivo com a Administração Pública, é possível, se houver autorização na legislação local, hipótese em que será calculada sobre o valor de seu subsídio. Esse foi o entendimento adotado pelo Tribunal Pleno ao aprovar, à unanimidade, o parecer lançado pelo Relator, Cons. Licurgo Mourão, em resposta à Consulta subscrita por Procurador-Geral de Município. O Relator esclareceu que a remuneração dos agentes políticos, incluindo-se nesse universo os secretários municipais, dá-se, em regra, por meio de subsídio, pago em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória, nos termos do § 4º do art. 39 da CR/88. Todavia, citando entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (prejulgado n. 1301), asseverou ser possível ao servidor público efetivo, investido temporariamente na função de agente político, optar pela remuneração do cargo efetivo do qual se encontra licenciado, se permitido pela legislação local, vedada a percepção cumulativa. Mencionou, ainda, posicionamento do Tribunal sobre a matéria, esposado nas Consultas 471.489, 639.019 e 653.553, nas quais se reconheceu a viabilidade, mediante autorização legislativa, do pagamento de férias acrescidas pelo terço constitucional a favor de agentes políticos municipais remunerados mensalmente por subsídios.

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

(Consulta nº 802.277, Rel. Cons. Licurgo Mourão, 09.09.09).

6. A decisão daquele Tribunal de Contas está em clara consonância com o entendimento do **C. STF**, conforme se pode depreender da decisão proferida nos autos do **AI 764021 MG**, que recebeu relatoria da Ministra CARMEN LÚCIA, onde assevera que **"aos agentes políticos não se estendem automaticamente os direitos previstos no § 3º, do art. 39 da CF, dependendo de disposição expressa em lei. Havendo previsão em lei municipal, o Secretário Municipal faz jus às verbas relativas ao décimo terceiro salário, férias e 1/3 constitucional. Não logrando êxito o Município em comprovar que efetivou o pagamento das verbas pleiteadas pelo agente público, deve ser condenado a adimpli-las"**.
7. Cumpre-me destacar, por outro lado, que o mesmo benefício não pode ser automaticamente estendido, ao Prefeito Municipal e ao Vice-Prefeito, dada a eminente natureza eletiva dos cargos, sendo tal questão, inclusive, objeto de Recurso Extraordinário, junto ao **C. STF**, nos autos **RE 650.898/RS**, sob a Relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO, o qual recebeu repercussão geral, naquela Corte Superior, estando pendente de julgamento até a presente data.
8. Por fim, quanto à existência de dúvida da municipalidade acerca da substituição do Secretario Municipal que estiver em gozo de férias, entendo, sem maiores inflexões ou aprofundamentos, que esta deverá ser realizada de acordo com a legislação própria do município, não existindo qualquer impedimento para que servidor comissionado ou efetivo da correspondente Secretaria assuma interinamente a função, bem como que exista a designação para que outro Secretário Municipal, acumule as duas pastas.

Procurador

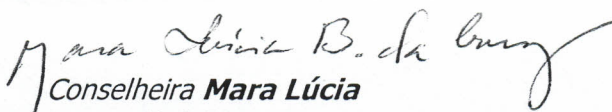


ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

9. Ressalto, apenas, que a designação, em respeito aos princípios da legalidade, publicidade e oficialidade, que devem reger a administração pública, deverá estar precedida de Ato formal do chefe do Executivo Municipal, por meio de Portaria ou Decreto, onde deverão estar pontuados os motivos da substituição temporária, o agente designado para tal atribuição, bem como o prazo de duração desta substituição interina.
10. Tecidas tais considerações, objetivando responder pontualmente a consulta formulada, destaco que:
- a) O gozo de férias e a percepção do correspondente adicional, pelos Secretários Municipais, somente será possível diante da existência de expressa previsão legal autorizadora, não sendo possível seu pagamento pela via de analogia a autorização existente para os demais servidores públicos comissionados.
 - b) A substituição interina do Secretário Municipal, por motivo de gozo de férias ou qualquer outro, poderá ser realizada por servidor (comissionado ou efetivo), bem como por outro Secretário Municipal, mediante ato formal do Chefe do Executivo que autorize.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **14 de abril de 2015.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete do Conselheiro Daniel Lavareda Reis

PROCESSO Nº 201407793-00

Origem: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu
Assunto: Consulta
Responsável: Arnaldo Santos da Cruz

VOTO DE VISTA

RELATÓRIO.

Versam os presentes autos sobre Consulta formulada pelo Sr. Arnaldo Santos da Cruz – Procurador Geral do município de Vitória do Xingu, o qual suscita dúvida relativamente ao entendimento que deve ser adotado quanto ao regime remuneratório e natureza jurídica dos cargos de Secretário Municipal, especialmente no que se refere a possibilidade de gozo de férias remuneradas com pelo menos 1/3 a mais do que a remuneração normal e, em caso positivo, em vista de não existir o cargo de Secretário Adjunto, quem poderá substituí-lo interinamente no cargo.

Conforme consta, os autos foram remetidos à Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas sobre a matéria, a qual foi tempestivamente respondida nos termos do Parecer nº CMS 001/2014-DAM/TCM (fls. 08/10).

Posteriormente, os autos foram remetidos ao Gabinete da Conselheira Relatora Mara Barbalho, para fins de conhecimento do retrocitado Parecer da Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM.

Na sessão do dia 14 de abril de 2015, a Conselheira Relatora, acompanhou na integralidade e adotou como resposta ao consulente, o Parecer nº CMS 001/2014-DAM/TCM, elaborado pela Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM, fazendo ainda, algumas pontuais considerações, as quais em apertada síntese destaco:

“a) o gozo de férias e a percepção do correspondente adicional, pelos secretários municipais, somente poderá ser possível diante da existência de expressa previsão legal autorizadora, não sendo possível seu pagamento pela via de analogia a autorização existente para os demais servidores públicos municipais.

b) a substituição interina do Secretário Municipal, por motivo de gozo de férias ou qualquer outro, poderá ser realizada por servidor (comissionado ou efetivo), bem como por outro Secretário Municipal, mediante ato formal do Chefe do Executivo que autorize”.

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete do Conselheiro Daniel Lavareda Reis

PROCESSO Nº 1407793-00

Origem: Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu
Assunto: Consulta
Responsável: Arnaldo Santos da Cruz

VOTO

Vistoriando os autos a fim de esclarecer minhas dúvidas quanto a matéria objeto da presente consulta, constatei ser assente na jurisprudência pátria a possibilidade de percepção pelos Secretários Municipais dos direitos previstos no § 3º, do art. 39 da CF, desde que haja expressa disposição legal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal proferido nos autos do AI 764021 MG, com relatoria da Ministra Cármen Lúcia, a qual de forma clara assevera que *“aos agentes políticos não se estendem automaticamente os direitos previstos no § 3º, do art. 39 da CF, dependendo de disposição expressa em lei. Havendo previsão em lei municipal, o Secretário Municipal faz jus às verbas relativas ao décimo terceiro salário, férias e 1/3 constitucional. Não logrando êxito o Município em comprovar que efetivou o pagamento das verbas pleiteadas pelo agente público, deve ser condenado a adimpli-las”*.

E quanto ao segundo questionamento referente ao substituto apto a exercer o cargo de Secretário, caso este esteja em gozo de férias, também, entendo que poderá ser substituído por servidor comissionado ou efetivo, bem como por outro Secretário Municipal, mediante ato formal do Chefe do Executivo que o autorize

CONCLUSÃO

Em assim sendo, devidamente esclarecidos os fatos, acompanho na integralidade o voto da Exma. Conselheira Relatora Mara Barbalho.

Belém, 22 de outubro de 2015.


Luis Daniel Lavareda Reis

Conselheiro